



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 183.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 10/09/2025

SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA SEMIPRESENCIAL (AM Nº 123/2020) DE 10/09/2025

BREVES COMUNICAÇÕES

Coronel Chrisóstomo (PL - RO) - O Deputado destacou ato realizado em Porto Velho (RO), no chamado Espaço Alternativo, onde milhares de pessoas defenderam a pauta da anistia a presos e investigados pelos atos de 8 de janeiro. Pediu que o Presidente da Câmara, Hugo Motta, leve ao Plenário o projeto de anistia e elogiou o Ministro Luiz Fux, defendendo que o STF seja composto por juízes federais de carreira.

Gilvan da Federal (PL - ES) - O Deputado recebeu, no Plenário, Prefeitos e autoridades do Espírito Santo. Criticou decisões do Ministro Alexandre de Moraes, a quem acusou de agir por vingança. Destacou o voto do Ministro Luiz Fux, que, segundo afirmou, teria reconhecido a incompetência do STF para julgar o ex-Presidente Jair Bolsonaro, defendendo que processos contra ele caberiam à primeira instância ou ao Plenário da Corte. Também reforçou a necessidade de votar o projeto de anistia aos envolvidos nos atos de 8 de janeiro, incluindo Bolsonaro, e acusou o Governo de usar a narrativa de golpe para esconder problemas fiscais. Ao final, atacou o jornalista Juca Kfourir, a quem chamou de militante e acusou de desrespeitar patriotas e a ex-primeira-dama, Michelle Bolsonaro.

Flávio Nogueira (PT - PI) - O Deputado destacou que a imprensa internacional acompanhou atentamente o julgamento em curso no Brasil, classificando-o como demonstração da vitalidade democrática no continente. Lembrou que a história nacional foi marcada por golpes, civis e militares, e ressaltou que a divergência entre Ministros do Supremo fazia parte da essência democrática. Afirmou que, apesar de discordâncias sobre procedimentos, houve reconhecimento de que ocorreu golpe. Também recordou as violações do regime militar e defendeu que a anistia não deveria prevalecer, pois o Congresso não tinha competência para revisar decisões do Judiciário.

Helder Salomão (PT - ES) - O Deputado afirmou que o julgamento em curso no Supremo Tribunal Federal representou um marco para a democracia brasileira e mundial. Criticou o voto do Ministro Luiz Fux, apontando contradições em relação a posicionamentos anteriores e destacando vínculos de seu filho com financiadores do Senador Flávio Bolsonaro. Lembrou episódios da Lava Jato em que Fux teria sido citado por Sergio Moro e Deltan Dallagnol, reforçando a percepção de parcialidade. Também ressaltou que as provas reunidas pelo Ministro Alexandre de Moraes demonstraram a conexão entre atos golpistas desde 2021 até os eventos de 8 de janeiro. Concluiu que não houve manifestações pacíficas, mas uma ação articulada liderada



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 183.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 10/09/2025

por Jair Bolsonaro, que deveria ser condenado junto aos generais envolvidos para assegurar a defesa do Estado democrático.

Coronel Chrisóstomo (PL - RO) - O Deputado afirmou que não houve Golpe de Estado e que não se utilizaram armas nos episódios recentes, acusando os petistas de ignorarem os fatos. Resgatou ocorrências do passado, quando manifestantes incendiaram o Ministério da Agricultura, e classificou os adversários como responsáveis por depredações contra o poder público. Também mencionou o exemplo do Nepal, onde o Governo tentou restringir o uso das redes sociais e enfrentou forte reação popular.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado rebateu críticas feitas ao Ministro Luiz Fux e destacou pontos de seu voto no julgamento relacionado aos atos de 8 de janeiro. Mencionou que o filho do Ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, advogava para a Ambec, investigada por fraudes contra aposentados. Elogiou manifestações recentes em apoio ao ex-Presidente Bolsonaro e criticou o PT, acusando-o de não mobilizar militância de forma espontânea. Também defendeu a presença da bandeira dos Estados Unidos em atos, associando-a à liberdade.

Denise Pessôa (PT - RS) - A Deputada afirmou que os atos de 8 de janeiro representaram uma tentativa de golpe e não poderiam ser minimizados. Destacou que a destruição do Congresso foi um atentado contra a democracia e que o julgamento em curso no Supremo constituía um momento histórico de justiça. Nesse sentido, defendeu a condenação dos envolvidos, incluindo o ex-Presidente Bolsonaro para garantir que tais ataques não se repetissem. Por fim, criticou manifestações recentes que exibiram bandeiras dos Estados Unidos e defendeu a soberania nacional, reforçando que não cabia anistia para crimes contra a democracia.

Sargento Gonçalves (PL - RN) - O Deputado afirmou que o julgamento do ex-Presidente Jair Bolsonaro no Supremo Tribunal Federal deveria ser anulado, citando o voto do Ministro Luiz Fux sobre a incompetência da Primeira Turma para analisar o caso. Acusou Ministros como Alexandre de Moraes, Flávio Dino e Cristiano Zanin de parcialidade e de vínculos políticos com o Presidente Lula. Também mencionou que não houve golpe, mas sim baderna, e questionou a ausência de provas que ligassem Bolsonaro a incentivos para ocupações de quartéis. Por fim, criticou a condução do processo e defendeu generais também investigados, classificando como “verdadeiro golpe” um suposto gabinete paralelo no STF denunciado por ex-assessor de Moraes.

Ossesio Silva (REPUBLICANOS - PE) - O Deputado manifestou indignação com o caso de um idoso em situação de vulnerabilidade que, após receber alta hospitalar, foi abandonado em um campo de futebol no



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 183.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 10/09/2025

Município de Caucaia (CE), com acesso venoso no braço. Classificou o episódio como desumano e vergonhoso, lembrando que o Brasil possui 32 milhões de pessoas idosas, fundamentais para a economia de pequenos Municípios, especialmente no Norte e Nordeste. Também defendeu providências imediatas das autoridades e a revisão do Estatuto do Idoso para evitar novas ocorrências. Por fim, destacou o compromisso do partido Republicanos com a defesa da dignidade e dos direitos dos idosos, reforçando a necessidade de respeito e proteção a essa população.

Helder Salomão (PT - ES) - O Deputado criticou a postura do Ministro Luiz Fux no julgamento dos atos de 8 de janeiro. Destacou que Fux votou pela condenação de cerca de 400 pessoas envolvidas diretamente nos episódios, sem levantar questionamentos. No entanto, quando chegou a vez de julgar os articuladores e responsáveis pela organização criminosa que planejou o golpe, o Ministro afirmou que o STF seria incompetente para julgar.

Gisela Simona (UNIÃO - MT) - A Deputada destacou os 35 anos do Código de Defesa do Consumidor, celebrado em 11 de setembro de 2025, ressaltando sua relevância para equilibrar relações de consumo e garantir direitos essenciais, como informação e proteção contra abusos. Alertou para tentativas de retrocesso, como a retirada de prazos de validade, a substituição de bulas por QR Codes e restrições ao direito à informação nos estabelecimentos. Também afirmou que a Comissão de Defesa do Consumidor atuou para impedir perdas de direitos e reafirmou o compromisso de preservar a efetividade da lei, que permanece conhecida pela maioria da população brasileira.

Otoni de Paula (MDB - RJ) - O Deputado elogiou a ex-Presidente Dilma Rousseff por ter indicado o Ministro Luiz Fux ao Supremo Tribunal Federal. Destacou a atuação de Fux como juiz de carreira, ressaltando que ele garantiu o devido processo legal ao se debruçar sobre os autos dos processos em julgamento. Também afirmou que a escolha de Dilma demonstrou prudência e competência, reconhecendo publicamente o impacto positivo da indicação para a Justiça.

Gabriel Nunes (PSD - BA) - O Deputado destacou a promulgação da Emenda Constitucional nº 136, de 2025, resultado da Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2023, que permite o parcelamento de débitos previdenciários e de precatórios em até 300 meses. Afirmou que a medida oferece alívio financeiro especialmente para pequenos Municípios, viabilizando a continuidade de serviços públicos essenciais como saúde, educação e infraestrutura. Por fim, parabenizou Prefeitos, Senadores e Deputados que apoiaram a iniciativa, além da CNM e do Prefeito Ricardo Nunes, pela mobilização em torno da causa municipalista.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 183.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 10/09/2025

General Girão (PL - RN) - O Deputado criticou a presença de uma suposta líder do tráfico no evento do Presidente Lula na Favela do Moinho (SP), questionando a atuação da segurança e da assessoria presidencial. Também apontou um contrato de 3,1 milhões de reais da Presidência da República e do Ministério da Defesa com a distribuidora Rede Sol Fuel, sugerindo vínculos do Governo com o crime organizado.

Glauber Braga (PSOL - RJ) - O Deputado criticou a decisão do Ministro Luiz Fux no STF, apontando incoerência em sua declaração sobre a suposta incompetência da Corte para julgar os envolvidos nos atos de 8 de janeiro, já que ele havia acolhido denúncias relacionadas anteriormente sem questionar a competência. Destacou que, apesar da decisão ser previsível, não altera o curso do julgamento principal. Também reforçou a necessidade de responsabilização dos golpistas e criticou declarações internacionais sobre intervenção militar no Brasil, afirmando que o País não pode aceitar ameaças externas e que a Justiça deve ser aplicada aos responsáveis pelos ataques à democracia.

Douglas Viegas (UNIÃO - SP) - O Deputado celebrou a aprovação da admissibilidade da PEC do Esporte na CCJ e pediu a instalação imediata de uma Comissão Especial para avançar com a proposta. Explicou que a PEC destina 3% das emendas parlamentares, cerca de 750 milhões de reais, a projetos esportivos em todo o Brasil, com impacto em saúde, educação e segurança pública. Ao final, conclamou colegas Parlamentares, pais e atletas a apoiarem a iniciativa, afirmando que a PEC representa uma oportunidade histórica de transformar o País em uma Nação esportiva e uma potência olímpica.

Leônidas Cristino (PDT - CE) - O Deputado celebrou os 60 anos da regulamentação da profissão de administradores, destacando a importância desses profissionais na gestão de empresas públicas e privadas. Ressaltou a evolução da carreira diante de um mundo competitivo e desigual e expressou respeito e reconhecimento a todos que exercem a profissão com dedicação. Também mencionou sua homenagem pessoal ao receber a medalha Jubileu de Diamante da Administração, reafirmando a relevância da formação e atuação dos administradores no desenvolvimento do País.

Sargento Gonçalves (PL - RN) - O Deputado criticou o Secretário do Sistema Penitenciário do Rio Grande do Norte por usar as redes sociais para atacar o ex-Presidente Jair Bolsonaro e, ao mesmo tempo, desrespeitar servidores do sistema penitenciário, policiais penais e até apenados, ao afirmar que “só havia duas moedas de troca no sistema carcerário: o cigarro e o cu”. Afirmou que a fala banaliza crimes de estupro no ambiente prisional e configura apologia ao crime. Por fim, questionou publicamente o Secretário sobre suas visitas a presos de facções e sobre a “moeda de troca” usada pelo ex-Presidente Lula durante seu período de prisão.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 183.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 10/09/2025

Vicentinho (PT - SP) - O Deputado criticou o Ministro Luiz Fux por contradizer-se ao condenar centenas de participantes dos atos golpistas e absolver o chefe do movimento, que teria articulado até tentativas de assassinato de autoridades brasileiras. Comentou também os atos de 7 de setembro, destacando que manifestações populares em defesa do Brasil levaram a bandeira nacional, enquanto apoiadores de Jair Bolsonaro exibiam bandeiras dos Estados Unidos, o que simbolizaria submissão a interesses estrangeiros. Elogiou ainda movimentos sindicais e sociais por pautas como tributação dos super-ricos e defesa da soberania nacional, e parabenizou as Forças Armadas por não aderirem a tentativa de golpe.

General Girão (PL - RN) - O Deputado elogiou a Prefeita Jussara Salles, de Extremoz (RN), destacando sua reeleição, o trabalho à frente do Município e a recente posse como Presidente do PL Mulher no Estado. Ressaltou a competência e o caráter cristão da equipe da Prefeita e relatou uma denúncia levada por ela sobre a derrubada de mais de 30 barracas tradicionais de praia, existentes há décadas. Informou, ainda, que a queixa foi protocolada no Ministério Público Federal, no Patrimônio da União e no Ministério Público Estadual. Por fim, criticou a Governadora Fátima Bezerra por estar em viagem ao exterior enquanto a população enfrenta essa situação.

Alberto Fraga (PL - DF) - O Deputado elogiou o voto do Ministro Luiz Fux no Supremo Tribunal Federal (STF) que demonstrou postura técnica e imparcial, reforçando a confiança no Judiciário. Citou trechos do voto em que o Ministro apontou que, para caracterizar organização criminosa, é necessária a presença de armas de fogo, e criticou o fato de o processo contra Jair Bolsonaro ter sido analisado na Primeira Turma, e não pelo Plenário do STF. Por fim, reiterou sua defesa de que Ministros da Corte tenham carreira jurídica prévia e não sejam apenas indicados politicamente, afirmando que esse modelo daria mais credibilidade à instituição.

Paulão (PT - AL) - O Deputado defendeu uma pauta “proativa e afirmativa” para atender demandas sociais. Destacou estudo do Sindifisco que propõe isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil, argumentando que essa medida injetaria recursos na economia local e corrigiria distorções do modelo tributário criado na ditadura militar, no qual a carga recai mais sobre pobres e classe média do que sobre os mais ricos. Além disso, citou dados do Governo Lula que indicam a retirada de 6,55 milhões de pessoas da fome em dois anos, como exemplo de política humanitária. Por outro lado, criticou o Ministro Luiz Fux, acusando-o de incoerência ao votar pela condenação dos envolvidos no 8 de Janeiro e, ao mesmo tempo, tentar salvar Jair Bolsonaro.

Chris Tonietto (PL - RJ) - A Deputada fez um discurso crítico sobre o que classificou como abusos e arbitrariedades do Judiciário contra Jair Bolsonaro e seus aliados. Afirmou que o processo no Supremo



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 183.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 10/09/2025

Tribunal Federal (STF) desrespeitou princípios constitucionais como o foro por prerrogativa de função, o devido processo legal, a ampla defesa e a imparcialidade do juiz natural, citando dispositivos da Constituição, do Código de Processo Civil e do Pacto de San José. Elogiou também o voto do Ministro Luiz Fux, que teria reconhecido a incompetência do STF para julgar o caso, e denunciou cerceamento de defesa, coletivização de penas e seletividade nas condenações. Por fim, defendeu anistia “ampla, geral e irrestrita” para os presos dos atos de 8 de janeiro, reafirmou valores conservadores, criticou o ativismo judicial e pediu pacificação nacional.

Delegado Éder Mauro (PL - PA) - O Deputado rebateu discursos anteriores dos Deputados Vicentinho e Paulão, afirmando que os Estados Unidos são “a maior democracia do mundo” e defendeu o uso da bandeira norte-americana nas manifestações de 7 de setembro. Acusou o PT de ter “bandido de estimação”, citando Lula e alegando vínculos do PT com o PCC e o Comando Vermelho.

Gabriel Nunes (PSD - BA) - O Deputado registrou a realização da tradicional vaquejada de Serrinha (BA), que classificou como a maior do Brasil. Destacou a presença do Senador Otto Alencar, homenageado no evento por seu papel na defesa da prática, lembrando sua atuação no Congresso para aprovar a Proposta de Emenda à Constituição nº 304, de 2017, que reconhece a vaquejada como manifestação cultural. Concluiu, afirmando que a atividade garante empregos, movimenta a economia local e preserva tradições do Nordeste.

Tadeu Veneri (PT - PR) - O Deputado afirmou que o julgamento em curso sobre Jair Bolsonaro, gerais e envolvidos no 8 de janeiro é histórico e expôs contradições no discurso de setores da extrema-direita. Criticou a defesa de que não há crime organizado sem armas, citando operações financeiras do PCC que movimentaram bilhões de reais sem violência armada. Também lembrou posições anteriores do Ministro Luiz Fux contrárias às decisões agora celebradas por opositores. Ressaltou ainda que o 8 de janeiro configurou tentativa de golpe, condenou o apoio a intervenções externas e à bandeira dos Estados Unidos em manifestações, e previu que Bolsonaro e aliados serão responsabilizados judicialmente.

Rodrigo da Zaeli (PL - MT) - O Deputado parabenizou e agradeceu a presença de quatro Vereadores de Boa Esperança do Norte (MT), Município mais novo de Mato Grosso. Destacou que Daniely, Sidiney, Izaqueu e Joana são os primeiros Parlamentares eleitos da cidade e, por isso, farão parte da sua história. Por fim, reforçou seu apoio à cidade e colocou seu mandato à disposição para contribuir com o desenvolvimento local.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado informou sobre o assassinato do ativista político Charlie Kirk, ocorrido na Universidade de Utah, nos Estados Unidos. Relatou que Kirk foi morto com um tiro no pescoço enquanto palestrava. Destacou, por fim, que o episódio terá repercussão política internacional e alertou para a



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 183.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 10/09/2025

necessidade de atenção do Supremo Tribunal Federal e medidas de segurança, mencionando atentados recentes contra líderes políticos, como Trump e Bolsonaro.

ORDEM DO DIA

Augusto Coutinho (REPUBLICANOS - PE) - O Deputado homenageou o centenário do ex-Ministro e ex-Deputado Federal Armando Monteiro Filho, destacando sua trajetória de liderança política e empresarial em Pernambuco. Relatou que Armando teve papel importante na União Nacional dos Estudantes e ocupou cargos públicos como Secretário de Viação e Obras Públicas e Ministro da Agricultura, além de sua atuação no setor privado, fundando o Banco Mercantil de Pernambuco e liderando empresas nos setores sucroenergético, têxtil, bancário e de mídia.

Jandira Feghali (PCdoB - RJ) - A Deputada registrou sua presença e acompanhamento do julgamento no Supremo Tribunal Federal, destacando a expectativa positiva de condenação do núcleo responsável pela tentativa de golpe contra o Estado democrático de direito. Elogiou os votos dos Ministros Alexandre de Moraes e Flávio Dino, e criticou o voto do Ministro Luiz Fux, classificando-o como politicamente enviesado e prejudicial à democracia, afirmando que se submete a pressões internacionais e fragiliza os princípios constitucionais. Reforçou, por fim, que divergências são naturais em democracia, mas lamentou o que considera ilegalidade e inconstitucionalidade no voto de Fux.

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado prestou homenagem à empresa Schuster Móveis & Design, tradicional de Santo Cristo (RS), com 58 anos de atuação. Destacou a combinação de tecnologia e marcenaria artesanal da empresa, seu reconhecimento internacional e a participação em exposições em Brasília com reedições em parceria com o Acervo Bernardo Figueiredo. Por último, enalteceu o trabalho da família Schuster e reafirmou o orgulho por essa referência de desenvolvimento, produção e geração de emprego em sua cidade natal.

Reimont (PT - RJ) - O Deputado registrou a presença da Vereadora Andréia Zito, ex-Deputada Federal por dois mandatos, e de outros convidados de Duque de Caxias (RJ), na Baixada Fluminense. Destacou que a região é frequentemente descrita como violenta, mas reforçou que isso se deve à falta de políticas públicas, e não à população local. Por fim, enalteceu o trabalho de políticos comprometidos, como Andréia Zito, que atuam em defesa da população e no fortalecimento de políticas públicas na região.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de urgência ao Projeto de Lei nº 1.579, de 2025, que regulamenta o art. 6º da Constituição Federal para assegurar o direito à



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 183.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 10/09/2025

alimentação ao entregador que presta serviço por intermédio de empresa de aplicativo de entrega. Além disso, parabenizou o voto de Fux, classificando-o como técnico e jurídico, baseado na Constituição e no devido processo legal, em contraste com o que chamou de postura política e “vingativa” do Ministro Alexandre de Moraes. Reforçou ainda que Bolsonaro não possui prerrogativa de foro e criticou decisões anteriores da Suprema Corte envolvendo o ex-Presidente Lula, acusando a oposição de hipocrisia.

Joaquim Passarinho (PL - PA) - O Deputado manifestou preocupação com a tramitação de um projeto sobre aplicativos, que já está sendo analisado por uma Comissão Especial sobre esse tema. Criticou a tentativa de votação de urgência no Plenário, ressaltando que isso poderia antecipar a deliberação antes do término dos trabalhos da Comissão. Explicou também que recebeu garantias de que apenas a urgência seria votada e que o mérito ficaria para depois; caso esse compromisso não seja cumprido, defendeu votar contra o requerimento de urgência para não atropelar o trabalho do colegiado.

Tadeu Veneri (PT - PR) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para tramitação do Projeto de Lei nº 1.579, de 2025, que regulamenta o art. 6º da Constituição Federal para assegurar o direito à alimentação ao entregador que presta serviço por intermédio de empresa de aplicativo de entrega.

Hildo Rocha (MDB - MA) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para tramitação do Projeto de Lei nº 1.579, de 2025, que regulamenta o art. 6º da Constituição Federal para assegurar o direito à alimentação ao entregador que presta serviço por intermédio de empresa de aplicativo de entrega.

Gisela Simona (UNIÃO - MT) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para tramitação do Projeto de Lei nº 1.579, de 2025, que regulamenta o art. 6º da Constituição Federal para assegurar o direito à alimentação ao entregador que presta serviço por intermédio de empresa de aplicativo de entrega.

Mauro Benevides Filho (PDT - CE) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para tramitação do Projeto de Lei nº 1.579, de 2025, que regulamenta o art. 6º da Constituição Federal para assegurar o direito à alimentação ao entregador que presta serviço por intermédio de empresa de aplicativo de entrega.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 183.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 10/09/2025

Paulo Lemos (PSOL - AP) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para tramitação do Projeto de Lei nº 1.579, de 2025, que regulamenta o art. 6º da Constituição Federal para assegurar o direito à alimentação ao entregador que presta serviço por intermédio de empresa de aplicativo de entrega.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado demonstrou perplexidade diante do assassinato do ativista conservador Charlie Kirk, 31 anos, enquanto palestrava na Utah Valley University, nos Estados Unidos. Comparou o caso a agressões contra outros políticos de Direita e afirmou que a guerra já estava declarada. Também criticou os debates sobre o julgamento em curso no Supremo Tribunal Federal, que comparou a uma conversa de bar. Além disso, orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para tramitação do Projeto de Lei nº 1.579, de 2025, que regulamenta o art. 6º da Constituição Federal para assegurar o direito à alimentação ao entregador que presta serviço por intermédio de empresa de aplicativo de entrega.

Reimont (PT - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para tramitação do Projeto de Lei nº 1.579, de 2025, que regulamenta o art. 6º da Constituição Federal para assegurar o direito à alimentação ao entregador que presta serviço por intermédio de empresa de aplicativo de entrega. Ademais, destacou que a Câmara manteve uma pauta positiva ao enterrar o projeto que concederia anistia a envolvidos em atos antidemocráticos. Ressaltou que, enquanto o Supremo Tribunal Federal julgava o ex-Presidente Jair Bolsonaro, o chamado “PL da Anistia” não avançou. Ao concluir, enfatizou que o sepultamento da proposta reforçou o compromisso do Parlamento com a responsabilização de quem atentou contra a democracia.

Adriana Ventura (NOVO - SP) - A Deputada reagiu a críticas do Deputado Reimont, que classificou como falsos testemunhos, e condenou o tom das acusações feitas no Plenário. Lembrou que o PT apresentou e depois retirou dois destaques sobre descontos associativos ligados a irregularidades no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Ademais, afirmou que o Partido Novo atuou em defesa da liberdade dos cidadãos e pediu que acusações diretas fossem evitadas.

Reimont (PT - RJ) - O Deputado reafirmou apoio à urgência do Projeto de Lei nº 1.579, de 2025, que classificou como relevante para trabalhadores de aplicativo. Criticou Parlamentares do Partido Novo por votarem contra a proposta e respondeu a comentários sobre sua condição religiosa, esclarecendo ser padre egresso da ordem franciscana, com compromisso com a verdade e com os pobres.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 183.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 10/09/2025

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para tramitação do Projeto de Lei nº 1.579, de 2025, que regulamenta o art. 6º da Constituição Federal para assegurar o direito à alimentação ao entregador que presta serviço por intermédio de empresa de aplicativo de entrega. Além disso, defendeu a necessidade de atualizar o Código Penal após citar o caso de uma mulher esquartejada em Porto Alegre (RS) por um homem que já havia sido preso em 2019 por matar e concretar o corpo da própria mãe, mas estava em liberdade. Ao concluir, afirmou que crimes desse tipo demonstravam falhas na legislação e pediu que o Congresso aprovasse um novo Código Penal para manter criminosos perigosos presos.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para tramitação do Projeto de Lei nº 1.579, de 2025, que regulamenta o art. 6º da Constituição Federal para assegurar o direito à alimentação ao entregador que presta serviço por intermédio de empresa de aplicativo de entrega.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado apresentou questão de ordem para contestar a condução da votação pelo Presidente Lula da Fonte. Nesse sentido, citou o art. 192 do Regimento Interno e afirmou que, como Vice-Líder da Minoria e representante do PL, poderia orientar a bancada também pela Oposição. Além disso, argumentou que teve o direito de fala negado enquanto outros Parlamentares se manifestaram. Ressaltou que buscava apenas esclarecer as regras de orientação de voto, mantendo tom respeitoso ao Presidente.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de urgência para tramitação do Projeto de Lei Complementar nº 163, de 2025, que altera a Lei Complementar nº 200, de 30 de agosto de 2023, para excluir do âmbito dos limites de despesas primárias as despesas temporárias com educação pública e saúde de que trata o art. 6º da Lei nº 15.164, de 14 de julho de 2025, e as despesas financiadas com recursos oriundos de empréstimos internacionais e suas respectivas contrapartidas, bem como excluir as referidas despesas com educação pública e saúde das metas fiscais, e dá outras providências.

Rodrigo da Zaeli (PL - MT) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para tramitação do Projeto de Lei Complementar nº 163, de 2025, que altera a Lei Complementar nº 200, de 30 de agosto de 2023, para excluir do âmbito dos limites de despesas primárias as despesas temporárias com educação pública e saúde de que trata o art. 6º da Lei nº 15.164, de 14 de julho de 2025, e as despesas financiadas com recursos oriundos de empréstimos internacionais e suas respectivas contrapartidas, bem como excluir as referidas despesas com educação pública e saúde das metas fiscais, e dá outras providências.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 183.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 10/09/2025

Pedro Uczai (PT - SC) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para tramitação do Projeto de Lei Complementar nº 163, de 2025, que altera a Lei Complementar nº 200, de 30 de agosto de 2023, para excluir do cálculo dos limites de despesas primárias as despesas temporárias com educação pública e saúde de que trata o art. 6º da Lei nº 15.164, de 14 de julho de 2025, e as despesas financiadas com recursos oriundos de empréstimos internacionais e suas respectivas contrapartidas, bem como excluir as referidas despesas com educação pública e saúde das metas fiscais, e dá outras providências.

Hildo Rocha (MDB - MA) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para tramitação do Projeto de Lei Complementar nº 163, de 2025, que altera a Lei Complementar nº 200, de 30 de agosto de 2023, para excluir do cálculo dos limites de despesas primárias as despesas temporárias com educação pública e saúde de que trata o art. 6º da Lei nº 15.164, de 14 de julho de 2025, e as despesas financiadas com recursos oriundos de empréstimos internacionais e suas respectivas contrapartidas, bem como excluir as referidas despesas com educação pública e saúde das metas fiscais, e dá outras providências.

Mauro Benevides Filho (PDT - CE) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para o Projeto de Lei Complementar nº 163, de 2025, que altera a Lei Complementar nº 200, de 30 de agosto de 2023, para excluir do cálculo dos limites de despesas primárias as despesas temporárias com educação pública e saúde de que trata o art. 6º da Lei nº 15.164, de 14 de julho de 2025, e as despesas financiadas com recursos oriundos de empréstimos internacionais e suas respectivas contrapartidas, bem como excluir as referidas despesas com educação pública e saúde das metas fiscais, e dá outras providências.

Paulo Lemos (PSOL - AP) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para o Projeto de Lei Complementar nº 163, de 2025, que altera a Lei Complementar nº 200, de 30 de agosto de 2023, para excluir do cálculo dos limites de despesas primárias as despesas temporárias com educação pública e saúde de que trata o art. 6º da Lei nº 15.164, de 14 de julho de 2025, e as despesas financiadas com recursos oriundos de empréstimos internacionais e suas respectivas contrapartidas, bem como excluir as referidas despesas com educação pública e saúde das metas fiscais, e dá outras providências.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para o Projeto de Lei Complementar nº 163, de 2025, que altera a Lei Complementar nº 200, de 30 de agosto de 2023, para excluir do cálculo dos limites de despesas primárias as despesas temporárias com educação pública e saúde de que trata o art. 6º da Lei nº 15.164, de 14 de julho de 2025, e as despesas financiadas com recursos oriundos de empréstimos internacionais e suas respectivas contrapartidas, bem como excluir as referidas despesas com educação pública e saúde das metas fiscais, e dá outras providências.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 183.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 10/09/2025

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para o Projeto de Lei Complementar nº 163, de 2025, que altera a Lei Complementar nº 200, de 30 de agosto de 2023, para excluir do câmputo dos limites de despesas primárias as despesas temporárias com educação pública e saúde de que trata o art. 6º da Lei nº 15.164, de 14 de julho de 2025, e as despesas financiadas com recursos oriundos de empréstimos internacionais e suas respectivas contrapartidas, bem como excluir as referidas despesas com educação pública e saúde das metas fiscais, e dá outras providências.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para o Projeto de Lei Complementar nº 163, de 2025, que altera a Lei Complementar nº 200, de 30 de agosto de 2023, para excluir do câmputo dos limites de despesas primárias as despesas temporárias com educação pública e saúde de que trata o art. 6º da Lei nº 15.164, de 14 de julho de 2025, e as despesas financiadas com recursos oriundos de empréstimos internacionais e suas respectivas contrapartidas, bem como excluir as referidas despesas com educação pública e saúde das metas fiscais, e dá outras providências.

Pedro Uczai (PT - SC) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para o Projeto de Lei Complementar nº 163, de 2025, que altera a Lei Complementar nº 200, de 30 de agosto de 2023, para excluir do câmputo dos limites de despesas primárias as despesas temporárias com educação pública e saúde de que trata o art. 6º da Lei nº 15.164, de 14 de julho de 2025, e as despesas financiadas com recursos oriundos de empréstimos internacionais e suas respectivas contrapartidas, bem como excluir as referidas despesas com educação pública e saúde das metas fiscais, e dá outras providências.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para o Projeto de Lei Complementar nº 163, de 2025, que altera a Lei Complementar nº 200, de 30 de agosto de 2023, para excluir do câmputo dos limites de despesas primárias as despesas temporárias com educação pública e saúde de que trata o art. 6º da Lei nº 15.164, de 14 de julho de 2025, e as despesas financiadas com recursos oriundos de empréstimos internacionais e suas respectivas contrapartidas, bem como excluir as referidas despesas com educação pública e saúde das metas fiscais, e dá outras providências.

Mauro Benevides Filho (PDT - CE) - O Deputado destacou sua participação no 27º Congresso Brasileiro da Enfermagem, realizado em Salvador (BA), onde foram discutidas políticas públicas para a valorização da categoria. Lembrou a Emenda Constitucional nº 127, que destinou R\$ 10,6 bilhões ao pagamento do piso da enfermagem, e informou estar em diálogo com o Ministro da Saúde, Nísia Trindade, sobre os impactos orçamentários da medida. Defendeu a regulamentação da carga horária da categoria, defendendo que a redução de 44 para 36 horas seria mais viável financeiramente do que a proposta de 30 horas. Afirmou que



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 183.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 10/09/2025

seguirá em tratativas com os conselhos da enfermagem para viabilizar a atualização do piso e assegurar a valorização da profissão.

Átila Lira (PP - PI) - O Deputado proferiu parecer ao Projeto de Lei nº 2.874, de 2019, que institui a Política Nacional de Combate à Perda e ao Desperdício de Alimentos (PNCPDA), cria o Selo Doador de Alimentos, altera a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, e revoga a Lei nº 14.016, de 23 de junho de 2020.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada discutiu o Projeto de Lei nº 2.874, de 2019, que institui a Política Nacional de Combate à Perda e ao Desperdício de Alimentos (PNCPDA), cria o Selo Doador de Alimentos, altera a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, e revoga a Lei nº 14.016, de 23 de junho de 2020.

Pedro Uczai (PT - SC) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 2.874, de 2019, que institui a Política Nacional de Combate à Perda e ao Desperdício de Alimentos (PNCPDA), cria o Selo Doador de Alimentos, altera a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, e revoga a Lei nº 14.016, de 23 de junho de 2020.

Rodrigo da Zaeli (PL - MT) - O Deputado encaminhou a votação do Projeto de Lei nº 2.874, de 2019, que institui a Política Nacional de Combate à Perda e ao Desperdício de Alimentos (PNCPDA), cria o Selo Doador de Alimentos, altera a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, e revoga a Lei nº 14.016, de 23 de junho de 2020.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado criticou o Governo Lula, apontando aumento expressivo no número de pessoas em situação de rua, especialmente na Paraíba. Citou declarações do Presidente em evento em Belo Horizonte (MG), nas quais Lula teria afirmado que, para o País funcionar, é necessário que muitos tenham pouco dinheiro. Informou que essas falas confirmaram a contradição entre o discurso governista de defesa dos mais pobres e a realidade enfrentada pela população. Recordou ainda que Lula já havia dito que cidadãos com renda acima de dois salários mínimos ou R\$ 5 mil não votariam em seu Partido. Concluiu pedindo que a sociedade não concedesse “cheque em branco” ao atual Governo e alertou para a necessidade de atenção especial ao Nordeste, região que classificou como prejudicada em infraestrutura e recursos.

Átila Lira (PP - PI) - O Deputado elogiou a aprovação do Projeto de Lei nº 2.874, de 2019, que institui a Política Nacional de Combate à Perda e ao Desperdício de Alimentos (PNCPDA), cria o Selo Doador de Alimentos, altera a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, e revoga a Lei nº 14.016, de 23 de junho de 2020.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 183.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 10/09/2025

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado elogiou a aprovação do Projeto de Lei nº 2.874, de 2019, que institui a Política Nacional de Combate à Perda e ao Desperdício de Alimentos (PNCPPA), cria o Selo Doador de Alimentos, altera a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, e revoga a Lei nº 14.016, de 23 de junho de 2020.

Sargento Fahur (PSD - PR) - O Deputado elogiou a aprovação do Projeto de Lei nº 2.874, de 2019, que institui a Política Nacional de Combate à Perda e ao Desperdício de Alimentos (PNCPPA), cria o Selo Doador de Alimentos, altera a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, e revoga a Lei nº 14.016, de 23 de junho de 2020.

Luis Tibé (AVANTE - MG) - O Deputado proferiu parecer ao Projeto de Lei nº 1.312, de 2025, que autoriza a criação da Fundação CAIXA.

Rodrigo Rollemberg (PSB - DF) - O Deputado registrou reunião com o Vice-Presidente Geraldo Alckmin, reitoras e pesquisadores para discutir a criação do Instituto Nacional do Cerrado. Destacou que o bioma, responsável por 70% das águas que abastecem as bacias do Paraná, Tocantins e São Francisco e detentor de grande biodiversidade, ainda não possui um instituto nacional, ressaltando o apoio de Alckmin à proposta.

Reinhold Stephanes (PSD - PR) - O Deputado lamentou o assassinato do influenciador norte-americano Charlie Kirk, de 31 anos, conhecido por seu apoio ao Presidente Donald Trump. Afirmou que Kirk era um defensor da paz e da liberdade e atribuiu o crime a um agressor de esquerda, chamando-o de “louco” e “doente mental”, além de fazer duras críticas a pessoas de ideologia de esquerda.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada discutiu o Projeto de Lei nº 1.312, de 2025, que autoriza a criação da Fundação CAIXA. Na oportunidade, destacou avanços do Governo Lula, como a queda do desmatamento na Amazônia, o menor índice recente de desemprego, deflação em agosto, redução do preço da cesta básica em 24 capitais, superávit nas exportações e defesa da soberania.

Kim Kataguirí (UNIÃO - SP) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 1.312, de 2025, que autoriza a criação da Fundação CAIXA.

Pedro Uczai (PT - SC) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 1.312, de 2025, que autoriza a criação da Fundação CAIXA.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 183.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 10/09/2025

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado acusou o Governo Lula de irresponsabilidade fiscal, citando o pior resultado das contas públicas em julho de 2025 (desde 2020) e a dívida próxima de R\$ 7 trilhões. Por fim, disse que o Presidente mente ao falar em “reconstrução” e que sua gestão estaria afundando o Brasil e ameaçando a soberania nacional.

Jorge Solla (PT - BA) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 1.312, de 2025, que autoriza a criação da Fundação CAIXA. Na oportunidade, acusou a extrema-direita de se opor a qualquer investimento social e de ter desmontado programas como Minha Casa Minha Vida, Luz para Todos, Farmácia Popular e Mais Médicos, que o Governo Lula precisou reconstruir. Além disso, destacou que a Caixa é 100% pública e essencial para reduzir desigualdades e criticou a privatização de estatais em Governos anteriores. Por fim, disse que a oposição protege elites econômicas, rejeitando taxaço dos super-ricos e a ampliação da isenção do imposto de renda.

Rodrigo da Zaeli (PL - MT) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 1.312, de 2025, que autoriza a criação da Fundação CAIXA. Na oportunidade, criticou projetos sociais do Governo por “letras miúdas” que esconderiam problemas, citando o Mais Médicos e o Pé-de-Meia, e defendeu elevar a isenção do imposto de renda para R\$10 mil sem compensações fiscais.

Luis Tibé (AVANTE - MG) - O Deputado proferiu parecer à emenda de Plenário oferecida ao Projeto de Lei nº 1.312, de 2025, que autoriza a criação da Fundação CAIXA.

Jorge Solla (PT - BA) - O Deputado encaminhou a votação do Projeto de Lei nº 1.312, de 2025, que autoriza a criação da Fundação CAIXA.

Kim Kataguirí (UNIÃO - SP) - O Deputado encaminhou a votação do Projeto de Lei nº 1.312, de 2025, que autoriza a criação da Fundação CAIXA.

Lafayette de Andrada (REPUBLICANOS - MG) - O Deputado encaminhou a votação do Projeto de Lei nº 1.312, de 2025, que autoriza a criação da Fundação CAIXA.

Glauber Braga (PSOL - RJ) - O Deputado encaminhou a votação do Projeto de Lei nº 1.312, de 2025, que autoriza a criação da Fundação CAIXA. Na oportunidade, ironizou o Movimento Brasil Livre (MBL) citando investigações de corrupção.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 183.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 10/09/2025

Kim Kataguiri (UNIÃO - SP) - O Deputado rebateu Glauber Braga, negando acusações de lavagem de dinheiro contra o Movimento Brasil Livre (MBL) e lembrando que o Ministério Público não apresentou denúncia. Criticou gastos do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) com assessores e Organizações não governamentais (ONGs) e disse que o Governo defendido por Glauber tem integrantes condenados por corrupção, ao contrário do MBL.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada orientou a bancada na votação do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 1.312, de 2025, que autoriza a criação da Fundação CAIXA.

Hildo Rocha (MDB - MA) - O Deputado orientou a bancada na votação do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 1.312, de 2025, que autoriza a criação da Fundação CAIXA.

Glauber Braga (PSOL - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 1.312, de 2025, que autoriza a criação da Fundação CAIXA. Em seguida, criticou Kim Kataguiri, apresentando matérias de jornais que dizem que o Movimento Brasil Livre (MBL) acumula dezenas de processos e que, portanto, não tem moral para falar de corrupção.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do Substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 1.312, de 2025, que autoriza a criação da Fundação CAIXA. Ademais, criticou o Governo do Partido dos Trabalhadores (PT) e o filho do Ministro da Justiça por advogar para a Associação dos Aposentados Mutualistas para Benefícios Coletivos (Ambec), envolvida na fraude aos beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Jorge Solla (PT - BA) - O Deputado orientou a bancada na votação do Substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 1.312, de 2025, que autoriza a criação da Fundação CAIXA. Ademais, destacou que as privatizações sempre foram fontes de corrupção. Ao final, elogiou a orientação de bancada favorável à proposição do União Brasil e do Progressistas (PP).

Adriana Ventura (NOVO - SP) - A Deputada orientou a bancada na votação do Substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 1.312, de 2025, que autoriza a criação da Fundação CAIXA.

Pedro Uczai (PT - SC) - O Deputado orientou a bancada na votação do Substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 1.312, de 2025, que autoriza a criação da Fundação CAIXA. Ademais, responsabilizou o ex-Ministro da Economia, Paulo Guedes, e o Senador Rogério Marinho pela ampliação das entidades sociais que



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 183.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 10/09/2025

fraudaram os beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Ao final, defendeu a atuação do Governo Lula no combate à corrupção e à criminalidade.

Otoni de Paula (MDB - RJ) - O Deputado manifestou indignação com o homicídio de Charlie Kirk, líder conservador norte-americano, pela Extrema Esquerda. Denunciou ainda a ação da Esquerda de matar opositores pelo mundo afora. Ao final, pediu 1 minuto de silêncio em homenagem ao ativista de Direita assassinado.

BREVES COMUNICAÇÕES

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada lembrou a tentativa da Extrema Direita de explodir o aeroporto de Brasília (DF) e a operação Punhal Verde e Amarelo para assassinar o Presidente eleito, o Vice-Presidente e um Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). Denunciou também a entrada de uma pessoa no Palácio do Planalto com a intenção de matar o Presidente Lula. Ao final, ressaltou que o Governo Lula combateu a fraude no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), diferentemente do Governo anterior, que, mesmo informado, nada fez.

Talíria Petrone (PSOL - RJ) - A Deputada agradeceu a aprovação da urgência para o Projeto de Lei nº 1.579, de 2025, que garante crédito para alimentação a cada quatro horas de trabalho ininterrupto para trabalhadores de aplicativo. Ademais, esclareceu que estava no Palácio do Planalto durante a votação, mas ressaltou o acordo com o Deputado Passarinho, Presidente da Comissão Especial, e com o Relator, Deputado Augusto, de apreciar o mérito somente após a conclusão dos trabalhos da Comissão. Ao final, destacou que um terço dos entregadores enfrenta fome enquanto trabalha, reforçando a necessidade de assegurar-lhes alimentação e dignidade.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado fez um apelo ao Governo Lula para concluir a obra de triplicação da BR-230, no trecho entre Cabedelo (PB) e João Pessoa (PB), destacando sua relevância para a mobilidade urbana da capital paraibana. Repudiou ainda a lentidão da obra, com poucos operários trabalhando. Ao final, criticou o Governo Federal por tratar a Paraíba com descaso, apesar da expressiva votação recebida no Estado.

Glauber Braga (PSOL - RJ) - O Deputado manifestou apoio ao Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas, que realizou dezoito ocupações em quinze Estados, em defesa do direito à moradia. Ademais, condenou o ataque ao Movimento no Rio de Janeiro (RJ), orquestrado pelo Governador Cláudio Castro e pelo



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 183.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 10/09/2025

Prefeito Eduardo Paes, que deixou a militante Luna sob risco de perder um dos dedos da mão. Ao final, defendeu a função social da propriedade e o direito constitucional de lutar por moradia.

General Girão (PL - RN) - O Deputado lamentou o assassinato do militante conservador Charlie Kirk, nos Estados Unidos, e citou episódios de violência política na América Latina, como os homicídios de Villavicencio, no Equador, e de Miguel Uribe, na Colômbia, além dos atentados contra o Presidente dos Estados Unidos, Donald Trump. Recordou também o atentado contra Jair Bolsonaro e criticou a impunidade. Ademais, acusou o Presidente Lula de corrupção e repudiou Ministros do Poder Judiciário por se manifestarem fora dos autos e anteciparem julgamentos, citando o exemplo da Ministra Maria Elizabeth Rocha, do Superior Tribunal Militar (STM). Ao final, condenou a decisão do Governo Lula de repassar às Prefeituras a responsabilidade pelo custeio do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) e afirmou ter encaminhado denúncia ao Ministério Público Federal.

Túlio Gadêlha (REDE - PE) - O Deputado repudiou o assassinato do ativista político Charlie Kirk, nos Estados Unidos, afirmando a necessidade de condenar toda forma de violência. Ademais, relacionou o episódio à política armamentista norte-americana, ressaltando que o Presidente Donald Trump eliminou exigências de registro de armas e reduziu impostos sobre armas e silenciadores. Além disso, criticou a política de ódio do Presidente dos Estados Unidos contra imigrantes, a população LGBTQIA+ e cientistas, sustentando que tais práticas alimentam a violência. Ao final, defendeu a rejeição de políticas excludentes em qualquer democracia.

Welter (PT - PR) - O Deputado elogiou o caráter democrático da liberdade para divergir entre os Ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). Contudo, apontou a falta de coerência da decisão do Ministro Luiz Fux, que condenou participantes de menor expressão nos atos antidemocráticos ocorridos em 8 de janeiro de 2023 e divergiu no caso dos sete réus da maior relevância no julgamento de crimes contra o Estado Democrático de Direito.

Jilmar Tatto (PT - SP) - O Deputado defendeu o Governo Lula contra os ataques da Oposição. Ademais, ressaltou que o Presidente da República investiu 80 bilhões de reais na educação, retomou programas sociais, lançou o Pé-de-Meia para combater a evasão escolar e retomou o Bolsa Família, responsável por retirar novamente o Brasil do Mapa da Fome. Destacou ainda o controle da inflação, o crescimento econômico de 7% nos dois primeiros anos de mandato e a aprovação da reforma tributária após quatro décadas de tentativas. Além disso, celebrou a entrega de 400 unidades móveis odontológicas em Sorocaba (SP), com previsão de mais 400 até o fim do ano. Adicionalmente, repudiou a Oposição por defender anistia para o ex-



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 183.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 10/09/2025

Presidente Bolsonaro, que comandou organização criminoso e atentou contra as instituições democráticas. Ao final, argumentou em prol da aprovação do Projeto de Lei nº 1.087, de 2025, que dispõe sobre a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até 5 mil reais e a redução para quem recebe até 7.350 reais.

Helder Salomão (PT - ES) - O Deputado criticou as manifestações ocorridas na Avenida Paulista, em São Paulo (SP), onde foi exibida uma bandeira dos Estados Unidos em apoio ao Presidente dos Estados Unidos, Donald Trump. Afirmou que tal postura contrariava os interesses nacionais e demonstrava falta de patriotismo. Ademais, ressaltou que o Presidente Trump enfrenta desaprovação de 60% e que o desemprego norte-americano atingiu o maior índice dos últimos quatro anos. Ao final, condenou os Parlamentares que faziam discursos elogiosos ao líder norte-americano, destinado ao “lixo da história”.

Adriana Ventura (NOVO - SP) - A Deputada criticou os supersalários e penduricalhos da elite do funcionalismo, apontando que servidores chegam a receber valores muito acima do teto constitucional de 46 mil reais, com casos de até 300 mil reais para Advogados da União e milhões para magistrados. Citou ainda matérias jornalísticas que revelaram pagamentos escandalosos, inclusive de 1,4 milhão de reais para servidores participarem de jogos em Foz do Iguaçu (PR). Ademais, repudiou o Governo Federal por validar tais práticas e denunciou a omissão do Congresso Nacional diante dos abusos. Ao final, defendeu a reforma administrativa e orçamentária como forma de enfrentar os privilégios e combater o uso eleitoreiro do dinheiro público.

Julia Zanatta (PL - SC) - A Deputada manifestou indignação com a Esquerda Política em razão do assassinato do influenciador conservador norte-americano Charlie Kirk, relacionando o episódio aos atentados contra o ex-Presidente Jair Bolsonaro, o Presidente Trump e o candidato a Presidente Miguel Uribe. Ademais, rejeitou comparações entre Direita e Esquerda, argumentando que, enquanto a Direita busca vencer pelo debate, a Esquerda recorre à censura e até ao assassinato de adversários. Além disso, relatou ter sido alvo de ataques pessoais, inclusive envolvendo sua filha. Ao final, declarou temer pela vida do Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Luiz Fux, que, em seu voto, apontou o mensalão como verdadeiro golpe de Estado.

Sâmia Bomfim (PSOL - SP) - A Deputada criticou o voto do Ministro Fux no julgamento relacionado aos atos do 8 de Janeiro, apontando contradição entre o discurso do Ministro, quando alegou que o Supremo Tribunal Federal (STF) não seria o foro adequado para apreciar a culpa dos réus, ao mesmo tempo em que referendou a condenação dos réus. Ressaltou a contradição, ainda, ao destacar que, no caso do mensalão, ele considerou que o STF e seu voto eram válidos. Ademais, afirmou que o voto de Fux tem caráter político e busca sustentar



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 183.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 10/09/2025

discursos favoráveis à anistia. Além disso, destacou que o Ministro é voz isolada no Supremo, em contraposição ao posicionamento majoritário da Corte e do povo brasileiro, que defendem a condenação dos envolvidos no golpe. Por fim, afirmou que o País avançará com memória, verdade e justiça.

Pedro Uczai (PT - SC) - O Deputado afirmou que a extrema Direita é a responsável histórica e contemporânea por práticas de violência. Apontou o Governo de Israel como promotor de genocídio contra o povo palestino, criticou a política armamentista dos Estados Unidos e associou o Presidente Donald Trump a práticas ditatoriais e violentas. Ademais, lembrou os crimes cometidos pela extrema Direita durante a ditadura militar brasileira, as mortes decorrentes da Covid-19 sob o Governo Bolsonaro e a fome que atingiu 33 milhões de brasileiros. Em contraposição, valorizou o Governo do Presidente Lula, destacando avanços em educação, saúde, emprego, políticas sociais e soberania nacional. Por fim, afirmou que o Presidente representa a dignidade e a defesa do povo brasileiro frente à submissão da extrema Direita aos Estados Unidos, e declarou confiança na reeleição de Lula no primeiro turno.

Dr. Fernando Máximo (UNIÃO - RO) - O Deputado parabenizou o Tribunal de Justiça de Rondônia pela realização de um evento que representou a união entre os Poderes, o qual contou com representantes do Ministério Público, do Tribunal de Contas e da bancada federal do Estado. Parabenizou individualmente Desembargadores, Procuradores, Promotores e Conselheiros do Tribunal de Contas, considerando o evento memorável e exemplar e ressaltando a harmonia e o diálogo entre os Poderes em prol do bem comum da população. Além disso, destacou o Setembro Amarelo, mês de conscientização sobre saúde mental, e defendeu a importância do acompanhamento psicológico e psiquiátrico, salientando que cerca de 20 milhões de brasileiros sofrem de depressão, e que aproximadamente 60% da população apresenta algum grau de ansiedade. Por fim, anunciou a apresentação do Projeto de Lei nº 3.508, de 2025, que cria o Selo Escola Amiga da Saúde Mental, voltado para premiar instituições de ensino que promovam cuidados com a saúde mental de professores, alunos e colaboradores.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada repudiou declaração de Parlamentar que chamou a Esquerda de “doença” e defendeu sua eliminação, afirmando que a Esquerda é violenta. Contrariou esse discurso, lembrando os desaparecimentos políticos, os mortos do período ditatorial e a tentativa recente de setores golpistas de submeter o País novamente à repressão. Além disso, criticou a submissão a interesses dos Estados Unidos, a apologia à “República de Bananas” e as ameaças feitas pelo filho do ex-Presidente Jair Bolsonaro contra o Brasil e contra o Supremo Tribunal Federal. Ademais, repudiou a defesa de anistia a envolvidos em atos violentos, classificando tais ações como parte de um golpe articulado com uso de recursos e *fake news* para deslegitimar as urnas eletrônicas e a vontade popular que derrotou Jair Bolsonaro. Ainda,



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 183.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 10/09/2025

reprovou a tentativa de aprovação da PEC da blindagem (Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021), que busca a impunidade para Parlamentares e poderosos. Em contraposição, elogiou o Presidente Lula, destacando a redução do desemprego para a menor taxa da história, o superávit das exportações em agosto, a deflação e o fortalecimento das políticas sociais. Por fim, reafirmou que a ditadura não voltará e que não haverá anistia para criminosos e golpistas.

Otoni de Paula (MDB - RJ) - O Deputado parabenizou a Câmara de Vereadores de Maricá (RJ) e o Prefeito Quaquá pela aprovação do armamento da Guarda Municipal, destacando que, embora estejam em campos ideológicos opostos, as políticas sociais de empregabilidade e de segurança pública implementadas pelo Prefeito têm sido eficazes e devem ser reconhecidas. Assinalou que a Guarda será treinada pelo Bope e utilizará câmeras nos uniformes, demonstrando o compromisso com a seriedade do projeto, e anunciou a destinação de emenda parlamentar para apoiar a segurança pública local. Além disso, homenageou os conselheiros tutelares do Estado do Rio de Janeiro e valorizou a realização do Fórum Permanente, que ocorrerá em Macaé (RJ) entre os dias 12 e 14 de setembro. Por fim, reiterou a necessidade de estrutura digna e valorização dos conselheiros como ferramenta essencial na proteção de crianças e adolescentes, apontando a precariedade das atuais instalações e cobrando ações do Governador e dos Prefeitos do Estado.

Sargento Fatur (PSD - PR) - O Deputado reagiu à repercussão do assassinato do influenciador americano Charlie Kirk, ativista ligado à Direita e ao Presidente Donald Trump, assinalando que houve comentários em *sites*, revistas eletrônicas e redes sociais brasileiras que incitaram a violência por parte da extrema Esquerda. Ademais, leu um comentário encontrado na *Poptime* que sugere que o Deputado Nikolas Ferreira será o próximo a ser assassinado, e apontou tal ameaça como expressão de extremismo de Esquerda. Além disso, relatou um *post* de um Vereador do PT que incitava a cassação dele próprio, Deputado Sargento Fatur, e leu os comentários que seguiam esse *post*, que demonstram a hostilidade e as agressões verbais sofridas por ele. Por fim, reforçou a percepção de que, ao contrário do que se alega, a violência tem sido promovida pela Esquerda.

Marcel van Hattem (NOVO - RS) - O Deputado manifestou preocupação com a gravidade das ameaças dirigidas ao Deputado Nikolas Ferreira, relatadas em Plenário pelo Parlamentar Sargento Fatur. Solicitou que o conteúdo integral das mensagens ameaçadoras fosse registrado pela Taquigrafia e, em seguida, encaminhado à Polícia Legislativa, para a localização dos responsáveis. Por fim, enfatizou a gravidade das ameaças e a necessidade de prevenção de possíveis desdobramentos mais graves contra o colega Parlamentar.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 183.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 10/09/2025

Coronel Assis (UNIÃO - MT) - O Deputado alertou para a proliferação de atitudes extremistas no Brasil, assinalando que tais comportamentos não se restringem ao ambiente digital, mas também se manifestam em matérias jornalísticas que promovem a desumanização de indivíduos identificados como de direita. Ressaltou que essa prática é semelhante a estratégias de regimes totalitários, cuja tática consiste em eliminar adversários após desumanizá-los. Ademais, leu trechos do voto do Ministro Luiz Fux no julgamento do ex-Presidente e de outros réus pelos atos de 8 de janeiro, elogiando o voto por ser técnico, apolítico e comprometido com a individualização de condutas. Além disso, manifestou indignação em relação à falta de decoro da juíza Mônica Miranda durante uma audiência de custódia no Município de Inhumas (GO), que tratou com visível familiaridade um preso reincidente e ainda liberou o réu, apesar de possuir histórico de homicídios, tráfico de drogas e porte ilegal de arma. Por fim, criticou o modelo atual de audiência de custódia e defendeu mudanças no rito, além de informar que irá encaminhar moção de repúdio à Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado e ao CNJ.

Julia Zanatta (PL - SC) - A Deputada afirmou que o Brasil só será verdadeiramente rico quando a população deixar de acreditar na filantropia da Esquerda, criticando o Presidente Lula por ostentar luxo enquanto se apresenta como pai dos pobres. Além disso, declarou que dois Deputados do PT de Santa Catarina tentaram impedir seu mandato por meio de manobras jurídicas, em vez de debaterem politicamente. Ainda, acusou a Esquerda de se basear em mentiras, tentar eliminar a Oposição e sustentar um Estado ineficiente, com impostos altos e programas que geram dependência, como o Bolsa Família. Ademais, contestou o discurso oficial de soberania, apontando que quem domina o País é o crime organizado, e que o Governo se alia a regimes autoritários como Irã e Venezuela. Outrossim, rejeitou o rótulo de extremismo à Direita, atribuindo à Esquerda atos violentos recentes, como as tentativas de assassinado do ex-Presidente Jair Bolsonaro e do Presidente Trump e o assassinato de Charlie Kirk. Por fim, defendeu o direito à liberdade e à autodefesa, informando que a Esquerda quer desarmar a população para ter o monopólio das armas e um povo refém.

Sóstenes Cavalcante (PL - RJ) - O Deputado elogiou o voto técnico do Ministro Luiz Fux no processo relacionado aos eventos de 8 de Janeiro, destacando sua imparcialidade e firmeza jurídica ao defender a nulidade do processo. Criticou a mudança de estratégia do STF ao dividir o julgamento entre turmas e enviá-lo para a turma do Ministro Alexandre de Moraes e seus aliados, e reforçou a urgência da votação da anistia (Projeto de Lei nº 2.858, de 2022) pelo Congresso Nacional. Além disso, defendeu a Deputada Carla Zambelli, questionando a credibilidade do depoimento de um *hacker* envolvido no caso. Por fim, contrapôs o discurso da Esquerda que nomeia a Direita de extrema Direita e a associa ao ódio e à violência, enquanto são atribuídos à Esquerda todos os atentados extremistas contra líderes políticos ou ativistas de Direita, como o



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 183.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 10/09/2025

ex-Presidente Jair Bolsonaro, o Presidente Trump e o influenciador Charlie Kirk, nos Estados Unidos, e Uribe, na Colômbia.

Osmar Terra (PL - RS) - O Deputado discutiu o conceito de democracia no Brasil, destacando que ela é o poder que emana do povo, que o exerce, no Congresso Nacional, por meio de seus representantes, que são eleitos. Ressaltou que o Congresso é o legítimo guardião da vontade popular, e que os Ministros do STF estão extrapolando suas competências constitucionais ao assumir papel político, especialmente contra a Direita, além de impor censura, alterar legislação aprovada pelo Parlamento e desrespeitar decisões majoritárias, como o caso do IOF. Ainda, enalteceu o voto do Ministro Luiz Fux por sua base técnica e constitucional, e o contrapôs a outros juízes do Supremo, que já demonstraram evidente parcialidade política, destruindo, então, a possibilidade de haver justiça e democracia no País. Além disso, mencionou os atentados e assassinatos de líderes conservadores, como Donald Trump, Fernando Villavicencio, Miguel Uribe e Jair Bolsonaro, sugerindo possível associação a setores da Esquerda e ao narcotráfico, que estariam se sentindo ameaçados. Por fim, lamentou a morte de Charlie Kirk e reforçou a necessidade do País de uma redemocratização.

Heitor Schuch (PSB - RS) - O Deputado evidenciou a grave situação enfrentada por agricultores do Rio Grande do Sul, atingidos por seca, enchentes e outras calamidades, e agradeceu o apoio solidário da população brasileira. No entanto, destacou que são necessárias medidas mais eficazes, sobretudo no que diz respeito à política de juros, criticando a autonomia do Banco Central e sua priorização da especulação financeira em detrimento da produção, do desenvolvimento e do empreendedorismo. Ainda, ressaltou que a atual taxa Selic inviabiliza investimentos no setor agrícola e afirmou que o socorro de 12 bilhões de reais à agricultura gaúcha, previsto na Medida Provisória (MP) nº 1.314, de 2025, é insuficiente, considerando que os juros de 6%, 8% e 10% estabelecidos pela MP continuam elevados. Por fim, apresentou e solicitou apoio às três emendas que protocolou, em parceria com a Fetag-RS, relacionadas à referida Medida Provisória.

Marcel van Hattem (NOVO - RS) - O Deputado registrou o voto do Ministro Luiz Fux no Supremo Tribunal Federal como um marco histórico, destacando que o magistrado, mesmo com votos anteriores criticáveis, adotou uma postura corajosa ao absolver o ex-Presidente Jair Bolsonaro das acusações relativas aos atos do 8 de Janeiro. Ademais, afirmou que o Ministro revelou o uso de provas fraudadas, canais informais e práticas ilegais processuais, destacando que o ex-Presidente é vítima de perseguição política, assim como todos os que estão sendo julgados pelos referidos atos, os quais, por si só, foram uma farsa. Ainda, ressaltou que o voto de Fux denunciou o estado de exceção no País, e criticou a condução do processo estar sendo feita pelo STF e, em especial, por Turma. Outrossim, repreendeu a mídia, que é parte do consórcio entre o Presidente Lula e o STF para fazer do Brasil uma ditadura, por tentar reformular a narrativa sobre a atuação do Supremo. Por fim,



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 183.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 10/09/2025

lamentou a morte de Charlie Kirk, a qual considerou mais um exemplo da violência e intolerância contra representantes da Direita, e conclamou a convivência pacífica entre adversários políticos.

Sidney Leite (PSD - AM) - O Deputado celebrou a publicação do aviso de licitação da Concorrência nº 90326, de 2025, do Ministério dos Transportes, por meio do DNIT, para a pavimentação de mais de 30 quilômetros da BR-319 (Lote C), destacando os benefícios para a integração terrestre do Amazonas, Roraima e da Amazônia Ocidental. Além disso, comentou a autorização da ANEEL para a transferência da concessão de energia elétrica no Amazonas, criticando a gestão da Amazonas Energia e expressando expectativa de melhorias com a nova operadora. Ademais, como membro da CPMI do INSS, denunciou fraudes também nos empréstimos consignados, como venda casada, descontos indevidos e uso irregular de dados dos beneficiários por bancos. Por fim, defendeu o avanço das investigações e a responsabilização dos envolvidos, em defesa do INSS e dos programas sociais.

Roberto Duarte (REPUBLICANOS - AC) - O Deputado manifestou preocupação com o Ofício SEI Circular nº 53, de 2025, do INSS, que estabeleceu novas diretrizes para os requerimentos do Benefício de Prestação Continuada (BPC/Loas), especialmente quanto ao cadastro biométrico e ao sobrestamento de novos requerimentos a partir de 26/06/2025. Argumentou que o cumprimento de novas exigências em 30 dias quando o cadastro biométrico do requerente ou de seu representante legal não seja localizado nas bases do INSS e o risco de desistência automática, penaliza idosos e pessoas com deficiência diante de falhas sistêmicas e exclusão digital. Criticou também o sobrestamento, sem prazo de retomada, de todos os novos requerimentos de BPC/Loas, sob pretexto de ajustes de renda e de sistemas do INSS. Por fim, cobrou a revogação do sobrestamento, a revisão das regras, a garantia de acesso ao direito e criticou a postura do Governo.

Ricardo Ayres (REPUBLICANOS - TO) - O Deputado registrou a aprovação do Projeto de Lei (PL) nº 4.653, de 2024, na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, que estabelece modalidade específica de crédito rural destinada a fortalecer a agricultura familiar e a estimular a permanência de jovens no campo. Além disso, citou o Censo Agropecuário de 2017 do IBGE, que apontou 3,9 milhões de estabelecimentos agropecuários de base familiar, o que correspondeu a 76,8% do total, e mostrou que, embora o crédito da safra 2024/2025 preveja R\$ 476 bilhões, apenas R\$ 76 bilhões, isto é, 16%, estão destinados ao Pronaf. Assim, defendeu regra constante no PL que vincula os recursos controlados a pelo menos 50% do valor médio dos contratos do ano-safra anterior multiplicado pelo número de estabelecimentos familiares. Ademais, destacou, no projeto, a possibilidade de jovens de 16 a 29 anos acessarem crédito sem exigência de garantias, ressalvadas normas como Proagro Mais e contratos de



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 183.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 10/09/2025

pagamento por serviços ambientais. Por fim, elogiou o parecer favorável da Deputada Daniela Reinehr e informou que o projeto seguiria para as Comissões de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Laura Carneiro (PSD - RJ) - A Deputada, como Presidenta da Comissão do Esporte e autora do requerimento para a realização da sessão solene em homenagem ao Dia do Profissional de Educação Física, reconheceu a atuação desses profissionais como essencial para um Brasil mais ativo e saudável ao longo de toda a vida. Em seguida, destacou que, diante das doenças crônicas e do sedentarismo, os profissionais de educação física se tornaram agentes de transformação e, por isso, defendeu compromisso com valorização, formação continuada, regulamentação responsável e espaços institucionais, rememorando a Lei 9.696, de 1998, que estabeleceu os Conselhos Federal e Regionais de Educação Física. Por fim, estendeu cumprimentos à categoria e desejou que o 1º de setembro fosse celebrado com orgulho e a certeza de que a saúde plena passou por seu trabalho.

Capitão Alberto Neto (PL - AM) - O Deputado manifestou insatisfação com gastos em eventos. Citou o “Sou Manaus”, com cachês de até 1 milhão de reais, enquanto escolas e ruas careciam de estrutura. Informou que apresentou projeto de lei que estabelece teto de 2% da receita corrente líquida municipal para eventos e festivais, transparência, audiências públicas para eventos acima de R\$ 500 mil e relatório de impacto. Por fim, solicitou apoio ao projeto.

Rubens Pereira Júnior (PT - MA) - O Deputado, em homenagem aos 413 anos de São Luís (MA), celebrou a capital maranhense como Patrimônio da Humanidade e “Atenas brasileira”, destacando seu conjunto arquitetônico colonial, o bumba meu boi e o tambor de crioula como símbolos de identidade e resistência. Ressaltou avanços do Governo Carlos Brandão, como a inauguração do Entrepasto Pesqueiro, beneficiando 120 comerciantes e toda a cadeia de pescados, o fortalecimento da segurança alimentar com 15 Restaurantes Populares na capital e 190 no Estado, os investimentos em segurança pública com reformas de delegacias e batalhões e redução da criminalidade, as ações na educação, com novas obras e o programa “Tô Conectado” e melhorias na saúde, com o Complexo Regulador Estadual, a ampliação do Disque Saúde e a entrega de leitos reformados de UTI pediátrica e de uma maternidade de alta complexidade. Por fim, homenageou os ludovicenses, parabenizou o Governador e reafirmou o compromisso com uma cidade mais justa, humana e inclusiva.

Vander Loubet (PT - MS) - O Deputado defendeu um debate técnico, responsável e transparente sobre a exploração de petróleo na Margem Equatorial e propôs a conciliação entre a oportunidade econômica e o



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 183.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 10/09/2025

compromisso climático. Reconheceu o papel do Ibama e as condicionantes rigorosas no licenciamento. Argumentou também que a nova fronteira poderia impulsionar o desenvolvimento, especialmente no Norte e Nordeste, gerar empregos e fortalecer a segurança energética e a balança comercial, sem contrariar a transição para fontes limpas.

Marcio Alvino (PL - SP) - O Deputado acompanhou o julgamento no Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a Lei 14.454, de 2022 e, nesse contexto, defendeu a manutenção da norma que assegurou a cobertura de tratamentos fora do rol da ANS quando amparados por evidência científica, em nome da vida e contra barreiras burocráticas. Informou que recebeu em gabinete a Sra. Sarita Melo e registrou que ela representou famílias, profissionais e pessoas autistas que, diariamente, enfrentaram negativas de cobertura para terapias eficazes. Afirmou também que o direito constitucional à saúde deveria prevalecer sobre interesses econômico-administrativos, ao mesmo tempo em que se comprometeu a apoiar a lei e, ainda, propôs aperfeiçoar critérios técnicos sem restringir o acesso. Apelou ao Judiciário e aos reguladores para que priorizassem a vida, a equidade e a proteção dos mais vulneráveis. Por fim, agradeceu à Jacareí Ampara Menores (JAM) e às Apaes de Itaporanga, Santo André, Campos do Jordão e Agudos, no Estado de São Paulo.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado elogiou o voto do Ministro Luiz Fux no julgamento do “projeto do golpe”, qualificando-o como firme, corajoso e técnico. Destacou que, ao divergir do Ministro Alexandre de Moraes, Fux reafirmou o devido processo legal, a separação dos Poderes e as garantias individuais, com base estritamente jurídica e fiel à Constituição. Além disso, rejeitou a criminalização de opiniões e a supressão de direitos fundamentais, defendeu que o Supremo Tribunal Federal (STF) atue como guardião da Constituição (e não como protagonista político) e conclamou a preservação da liberdade, da legalidade e da harmonia entre os Poderes.

Ruy Carneiro (PODE - PB) - O Deputado denunciou o tratamento sensacionalista do caso envolvendo seis adolescentes em um ônibus escolar em Cascavel (PR), cuja investigação apurava se a menina do vídeo estava dopada. Criticou termos impróprios que banalizam, estigmatizam e revitimizam, além do compartilhamento desenfreado nas redes, que amplia a exposição e os danos duradouros. Contextualizou que o tema já era pauta da Casa e da Comissão da Infância, Adolescência e Família, que preside. Relatou ainda a audiência pública sobre a adultização nas redes e anunciou novo debate com a Assembleia Legislativa da Paraíba e a Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Concluiu conclamando transformar indignação em ação e reafirmou que a defesa da infância e da adolescência não pode ser relativizada nem tratada como espetáculo.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 183.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 10/09/2025

ENCERRAMENTO